



# Universidade Estadual de Maringá

## Centro de Ciências Biológicas

/... Res. 019/2012-CI/CCB

fl.

1

### RESOLUÇÃO Nº 019/2012-CI/CCB

#### CERTIDÃO

Certifico que a presente resolução foi afixada em local de costume, neste Centro e no site <http://ccb.uem.br>, no dia 24/04/2012.

**Edson Márcio Gongora**  
Secretário.

Aprova o Regulamento do Departamento de Ciências Fisiológicas.

Considerando o contido no processo nº 8180/2011-PRO;  
considerando o Art. 48, inciso II, do Estatuto da Universidade Estadual de Maringá;  
considerando a Resolução nº 006/2012-DFS.

**O CONSELHO INTERDEPARTAMENTAL APROVOU E EU, DIRETORA, SANCIONO A SEGUINTE RESOLUÇÃO:**

**Art. 1º** Aprovar o Regulamento do Departamento de Ciências Fisiológicas - DFS, conforme anexo, parte integrante desta Resolução.

**Art. 2º** Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência.  
Cumpra-se.

Maringá, 18 de abril de 2012.

Profa. Dra. Káthia Socorro Mathias Mourão  
Diretora

#### ADVERTÊNCIA:

O prazo recursal termina em 02/05/2012. (Art. 95 - § 1º do Regimento Geral da UEM)



# **Universidade Estadual de Maringá**

## **Centro de Ciências Biológicas**

/... Res. 019/2012-CI/CCB

fl.

2

### **REGULAMENTO DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS FISIOLÓGICAS**

#### **TÍTULO I DO DEPARTAMENTO E SEUS FINS**

**Art. 1º** O Departamento de Ciências Fisiológicas (DFS), criado por meio da Resolução nº 008/2009 do Conselho Universitário (COU), é uma subunidade do Centro de Ciências Biológicas (CCB) da Universidade Estadual de Maringá (UEM), que compreende as disciplinas da área de Fisiologia e congrega os docentes e técnico-universitários nele lotados, com o objetivo comum do ensino, da pesquisa e da extensão nessas áreas de conhecimento.

**Art. 2º** O Departamento de Ciências Fisiológicas tem por finalidades:

- I** - estabelecer o regime de cooperação entre seus docentes;
- II** - racionalizar a estrutura administrativa para maior integração entre ensino, pesquisa e extensão em Fisiologia;
- III** - estimular a participação acadêmica na pesquisa em Fisiologia;
- IV** - aprimorar continuamente as condições necessárias às atividades de ensino e pesquisa em Fisiologia;
- V** - estimular a qualificação científica e técnica de seus docentes e demais servidores.

**Art. 3º** O DFS rege-se pelo Estatuto e Regimento Geral da UEM, pelas disposições deste regulamento e por outras normas e determinações superiores.

**Art. 4º** As atribuições do DFS são as previstas no Art. 20 do Regimento Geral da UEM.

#### **TÍTULO II DA ADMINISTRAÇÃO DO DEPARTAMENTO**

**Art. 5º** O DFS tem como órgão deliberativo a Reunião Departamental e, como executivo, a Chefia do Departamento.

##### **Capítulo I Do Órgão Deliberativo**

##### **Seção I Da Reunião Departamental**

**Art. 6º** - A Reunião Departamental é composta por:

- I** - chefe;
- II** - chefe adjunto;
- III** - os docentes lotados no Departamento;
- IV** - um representante discente;
- V** - um representante dos servidores técnico-universitários.



# Universidade Estadual de Maringá

## Centro de Ciências Biológicas

/... Res. 019/2012-CI/CCB

fl.

3

**§ 1º** A presidência da Reunião Departamental é exercida pelo Chefe de Departamento e, nas suas ausências ou impedimentos, pelo chefe adjunto; na ausência deste, pelo docente decano.

**§ 2º** A escolha dos representantes discentes e técnico-universitários está prevista nos parágrafos 1º e 2º do artigo 51 do Estatuto.

**§ 3º** O representante discente e seu suplente devem pertencer ao curso para o qual o Departamento oferece o maior número de componentes curriculares.

**Art. 7º** A convocação da Reunião Departamental faz-se, ordinariamente, uma vez por semestre e, extraordinariamente, por convocação do chefe ou por requerimento de um terço dos seus membros, sempre que necessário.

**§ 1º** Salvo nos casos de urgência, as reuniões são convocadas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

**§ 2º** A convocação é realizada por meio impresso afixado no edital do DFS, e por meio eletrônico, dela constando a ordem do dia, com a nomeação dos respectivos relatores, se houver.

**Art. 8º** O comparecimento às reuniões é obrigatório para os seus membros e tem preferência sobre qualquer outra atividade no âmbito do Departamento.

**§ 1º** Na ausência à Reunião regularmente convocada, esta deve ser justificada verbalmente ou por escrito.

**§ 2º** É advertido, na forma prevista no Estatuto da UEM e nas disposições complementares, o membro da Reunião Departamental ou o suplente, quando faltar a duas reuniões consecutivas ou a três alternadas, caso a ausência não seja devidamente justificada.

**Art. 9º** As reuniões instalam-se com a presença da maioria absoluta de seus membros (50% mais um).

**§ 1º** Para efeito de contagem de quórum da Reunião Departamental ficam excluídos:

I – os docentes originalmente lotados no DFS, ausentes, cedidos para exercerem cargos não afetos às atividades do DFS;

II – os docentes que se encontrarem em afastamento integral em programas de pós-graduação *stricto sensu*;

III – os docentes afastados em licença especial.

**§ 2º** Excepcionalmente, e com a aprovação da maioria simples dos membros presentes, pode ser autorizado que pessoa não integrante da Reunião faça uso da palavra.

**§ 3º** Qualquer membro da Reunião, sempre que observar alguma irregularidade formal, pode, por questão de ordem, argui-la, de imediato e verbalmente ao presidente, a fim de restabelecer a ordem formal.

**§ 4º** As deliberações são tomadas pela maioria simples dos presentes, cabendo ao presidente da Reunião apenas o voto de qualidade.

**§ 5º** A votação pode ser secreta, desde que assim decida a maioria simples dos presentes.

**§ 6º** Uma vez encerrada a votação é facultado a qualquer membro presente manifestar sua intenção de fundamentar o seu voto pelo tempo máximo de 3 (três) minutos.



# Universidade Estadual de Maringá

## Centro de Ciências Biológicas

/... Res. 019/2012-CI/CCB

fl.

4

§ 7º Proferidos os votos, o presidente anuncia o resultado da decisão e providencia os encaminhamentos necessários.

**Art. 10** Antes de encerrada a discussão de alguma matéria pela Reunião Departamental, qualquer conselheiro pode solicitar vista ao processo.

§ 1º A vista é concedida pelo presidente da Reunião, independentemente de justificativa, pelo prazo improrrogável de até sete dias.

§ 2º Se mais de um membro da Reunião Departamental pedir vista, o prazo previsto no parágrafo anterior deve ser distribuído entre os solicitantes.

§ 3º É negada vista se a matéria já tiver deixado de ser votada a pedido de vista anterior.

**Art. 11** As decisões da Reunião Departamental constam em ata circunstanciada, aprovada em Reunião subsequente e publicada em edital.

**Parágrafo único** - Cada membro deve receber cópia da ata para conferência antecipada antes da publicação.

### Seção II Das Competências

#### Subseção I Da Presidência

**Art. 12** Compete ao presidente da Reunião Departamental:

- I - convocar e presidir as reuniões;
- II - nomear relator para a apresentação de assuntos constantes da ordem do dia que requeiram instruções de processo;
- III - proferir o voto de qualidade, nos casos de empate nas decisões.
- IV - conceder a palavra, submeter à discussão e à votação os assuntos constantes da pauta, bem como anunciar os resultados;
- V - determinar a retirada de processo de pauta quando em desacordo com as normas processuais vigentes, ou atendendo solicitação justificada do relator;
- VI - superintender a ordem e a disciplina nas sessões;
- VII - conceder os pedidos de vista, na forma deste regulamento;
- VIII - cumprir e fazer cumprir as decisões e o presente regulamento.

#### Subseção II Do Relator

**Art. 13** Compete ao relator da Reunião Departamental:

- I - ordenar e dirigir o processo;
- II - proceder à análise circunstanciada da matéria, emitindo parecer, que será objeto de apreciação;
- III - submeter à Reunião Departamental medidas cautelares necessárias à proteção de direito, passível de grave dano de incerta reparação;
- IV - requisitar, quando necessário, informação a qualquer órgão da UEM;
- V - cumprir e fazer cumprir o presente regulamento;



**VI** - outras atividades correlatas.

**Capítulo II**  
**Do Órgão Executivo**

**Seção I**  
**Da Chefia do DFS**

**Art. 14** A administração do DFS cabe a uma Chefia constituída por um chefe e um chefe adjunto, escolhidos dentre os integrantes da carreira docente, por meio de eleição direta e votação secreta, e nomeados pelo Reitor.

**§ 1º** O processo eleitoral do DFS obedece resolução própria, aprovada pelo Departamento.

**§ 2º** Nos casos de ausência, de impedimento ou de vacância, a Chefia do Departamento dá-se conforme determina o Regimento Geral da UEM.

**Art. 15** As competências da Chefia do DFS são as definidas no Regimento Geral da UEM.

**Capítulo III**  
**Da Secretaria do DFS**

**Art. 16** O DFS tem uma Secretaria para apoio às atividades acadêmicas e administrativas de seus membros.

**Parágrafo único** - A Secretaria é constituída por um secretário e demais técnicos universitários.

**Art. 17** À Secretaria do DFS compete:

**I** - zelar pelos documentos e conservação dos equipamentos e instalações do Departamento;

**II** - fazer fluir os procedimentos administrativos de forma adequada e eficiente;

**III** - manter os arquivos do Departamento atualizados e organizados;

**IV** - redigir e divulgar os documentos internos do Departamento;

**V** - divulgar os documentos recebidos pelo Departamento entre os seus membros;

**VI** - manter os integrantes do Departamento informados sobre as decisões da Reunião Departamental;

**VII** - encaminhar toda a documentação necessária para dar cumprimento às exigências documentais relativas ao processo acadêmico dos cursos;

**VIII** - outras atividades correlatas.

**Art. 18** Ao secretário compete:

**I** - coordenar e gerenciar a Secretaria do Departamento;

**II** - zelar pela eficiência e bom funcionamento da Secretaria;

**III** - secretariar as reuniões do Departamento e manter em dia o livro de atas;

**IV** - zelar pela conservação dos equipamentos e instalações da Secretaria;





- V - cumprir e fazer cumprir este regulamento;
- VI - desempenhar outras atividades correlatas.

### **TÍTULO III**

#### **DOS PEDIDOS DE RECURSO E DE RECONSIDERAÇÃO**

**Art. 19** Das decisões do DFS somente cabe recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a decisão publicada em edital, com precisa indicação de ilegalidade ou infringência de disposição estatutária ou regimental.

§ 1º Ao DFS cabe pedido de reconsideração uma única vez.

§ 2º Os pedidos de reconsideração e recurso, após apreciação em Reunião, devem ser julgados no prazo de 30 (trinta) dias úteis.

### **TÍTULO IV**

#### **DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA DO DEPARTAMENTO**

**Art. 20** A comunidade universitária do Departamento é constituída pelo corpo docente, técnico-universitário e discente.

§ 1º O corpo docente e o corpo técnico-universitário são compostos por servidores das respectivas carreiras lotados no Departamento.

§ 2º O corpo discente é constituído pelos alunos regularmente matriculados nos cursos ou componentes curriculares oferecidos pelo Departamento.

**Art. 21** As normas gerais pertinentes ao corpo docente e ao corpo técnico-universitário são as previstas no Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná (Lei Estadual nº 6174/70), no Estatuto e no Regimento Geral da UEM, e as emanadas dos Conselhos Superiores e dos órgãos da Administração Superior da Universidade Estadual de Maringá, bem como as estabelecidas na legislação especial aplicável à matéria.

**Art. 22** As normas gerais pertinentes ao corpo discente são as previstas no Estatuto e no Regimento Geral da UEM e as emanadas dos Conselhos Superiores e dos órgãos da Administração Superior da UEM, bem como as estabelecidas na legislação especial aplicável à matéria.

### **TÍTULO V**

#### **DO AFASTAMENTO DOCENTE**

**Art. 23** Os docentes podem solicitar afastamento de suas atividades acadêmicas:

- I - para ingressarem em programas de pós-graduação *stricto sensu*;
- II - para realizarem cursos de pós doutoramento;
- III - para gozarem de licença sabática;
- IV - para gozarem de licença especial;



**Art. 24** A solicitação para ingresso em programa de pós-graduação *stricto sensu* é feita por escrito pelo professor ao Departamento, respeitando-se os prazos do Plano Anual de Capacitação Docente da UEM.

**Art. 25** O pedido de afastamento para pós-doutoramento ou licença sabática é feito por escrito, sempre no ano anterior ao início do estágio.

**§ 1º** O pedido de afastamento para pós-doutoramento deve observar os prazos do Plano Anual de Capacitação Docente da UEM.

**§ 2º** O pedido de afastamento para pós-doutoramento ou licença sabática é avaliado segundo as normas constantes de resolução própria, aprovada pelo Departamento.

**Art. 26** As licenças especiais poderão ser gozadas durante o período letivo nos seguintes casos:

I - a qualquer tempo quando o professor ministrar integralmente carga horária na graduação equivalente à dos demais docentes;

II - com redução de carga horária na graduação, segundo escala previamente estabelecida, baseada no tempo desde o último afastamento integral.

## **TÍTULO VI** **DO USO DAS INSTALAÇÕES DO DEPARTAMENTO**

**Art. 27** São instalações do DFS os espaços físicos ocupados por seus laboratórios de ensino e pesquisa, seu biotério, setor administrativo e salas de professores lotados no Departamento, bem como os bens patrimoniais neles contidos e inventariados no Relatório de Bens Patrimoniais.

**Art. 28** A responsabilidade primária pelo correto uso e manutenção das instalações do Departamento é dos seus docentes e servidores técnico-universitários.

**Art. 29** Cabe aos docentes instruir seus estagiários e alunos de pós-graduação sobre os procedimentos e normas a seguir, relativas às instalações do Departamento:

I - manter a organização e a limpeza dos laboratórios de pesquisa e do biotério durante e após a realização de suas atividades;

II - manusear corretamente os equipamentos, solicitando auxílio de um técnico quando necessário;

III - comunicar imediatamente qualquer dano ou incidente ocorrido nos laboratórios de pesquisa ou no biotério;

IV - não permanecer nos laboratórios ou no biotério quando não estiver executando atividades relacionadas ao estágio.

**Art. 30** É responsabilidade do docente orientador autorizar e supervisionar o uso das instalações do Departamento por seus estagiários e alunos de pós-graduação fora do horário de expediente.

**Art. 31** O uso do biotério setorial pelos membros do Departamento, seus estagiários e alunos de pós-graduação, ou pessoal de outros setores deve obedecer estritamente às normas estabelecidas quanto a horário de acesso,



# **Universidade Estadual de Maringá**

## **Centro de Ciências Biológicas**

/... Res. 019/2012-CI/CCB

fl.

8

limpeza, circulação de pessoal e demais procedimentos, periodicamente divulgadas por meio impresso e eletrônico.

**Parágrafo único** - A inobservância dessas normas implicará em advertência e suspensão do direito de uso do biotério.

### **TITULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 32** O presente regulamento pode ser alterado pelo DFS, mediante aprovação por 2/3 (dois terços) de seus membros.

**Art. 33** Este regulamento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Art. 34** Os casos omissos deste regulamento são decididos em Reunião Departamental.

